



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.^a _____ DE 2020

(Da Sra. Deputada Sâmia Bomfim)

Requer informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, **Sra. Damares Alves**, sobre a destinação de recursos e sobre a execução orçamentária de políticas públicas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado à Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sra. Damares Alves, Requerimento de Informações sobre a destinação de recursos e sobre a execução orçamentária de políticas públicas:

1. Solicitamos histórico da evolução das políticas públicas abaixo relacionadas. Solicitamos dados em termos reais a preços de agosto de 2020 (valores corrigidos pela inflação), com memória de cálculo e com valores discriminados por órgão, por programa, por ação orçamentária e por ano, dos últimos 10 anos, especificamente quanto aos seguintes objetivos:

a) enfrentamento à violência contra a mulher;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Apresentação: 18/09/2020 17:31 - Mesa

RIC n.12220/2020

- b) fomento a ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial;
 - c) promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;
 - d) promoção dos direitos da população em situação de rua;
 - e) combate ao trabalho escravo.
2. Com base no histórico acima, solicitamos a evolução dos valores programados (dotação atual) e os executados (valores pagos) para cada uma das políticas acima mencionadas por ano.
3. Com base nas políticas elencadas no item 1, solicitamos informações detalhadas quanto ao atendimento dos objetivos alcançados em cada política por ano (Ex. quantos projetos implantados, quantos cidadãos atendidos, etc).
4. O Presidente da República ou qualquer um de seus filhos ou aliados, incluindo ministro(s), parlamentar(es) ou agente(s) público(s), pressionou, orientou, recomendou, aconselhou, direta ou indiretamente, o cortes de recursos que constam no item 1 do presente pedido?
5. Em todas as respostas, anexar notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionado ao tema.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, diversos programas e ações orçamentárias sofreram alterações, inclusive quanto à vinculação a órgãos governamentais. Exemplo disso é o

Chancela eletrônica do(a) Dep Sábia Bomfim (PSOL/SP),
através do ponto p_63337, nos termos de delegação regulamentada no Ato,
da Mesa n. 25 de 2015.



* c 6 3 5 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

escopo de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, que passou por diversos órgãos, como demonstrado abaixo.

ANO	ÓRGÃO
2015	Secretaria de Políticas para as Mulheres
2016	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos
2017	Ministério da Justiça
2018	Presidência da República
2019	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
2020	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Some-se a isso o fato de que houve diversas alterações em programas e ações, com fusões, extinções e criações, que dificultam sobremaneira a capacidade de avaliação das políticas públicas, tanto quanto à evolução de seu financiamento quanto à sua execução.

Em 2020, por exemplo, o governo extinguiu o programa “2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência”, incorporando as ações orçamentárias em outro programa, o “5034 - Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos”, cujo plano orçamentário aparece com a descrição “sem objetivo”.

Movimentos similares foram observados em outras políticas públicas, motivo pelo qual solicitamos o mapeamento das evoluções quanto ao financiamento e quanto à execução das políticas voltadas para: a) enfrentamento à violência contra a mulher; b) fomento a ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial; c) promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; d) promoção dos direitos da população em situação de rua; e) combate ao trabalho escravo.



* C 0 1 3 5 6 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

O Governo Bolsonaro tem cortado, de forma sistemática e reiterada, recursos para políticas públicas voltadas para áreas relacionadas à proteção dos Direitos Humanos. De acordo com análise do INESC, “Podemos aferir que a execução orçamentária das políticas para mulheres e população negra em 2020 está muito baixa e as perspectivas para 2021 não são promissoras”¹. Assim, é imprescindível que a sociedade tenha plena clareza da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, em especial em áreas sensíveis para proteção dos direitos fundamentais.

Diante desses fatos, requeiro as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2020.

Sâmia Bomfim
Líder do PSOL

¹ Disponível em: <https://www.iesel.org.br/orcamento-de-2021-mantem-equilibrio-fiscal-acima-das-necessidades-da-populacao/>

